

Eugenia Siapera

Universidade da Cidade de Dublin,
Dublin, Irlanda.

Lambrini Papadopoulou

Universidade Panteion,
Atenas, Grécia

Documentários Radicais, Crise Neoliberal e Pós-democracia

Resumo

Este artigo trata da mudança do papel da mídia e do jornalismo em um contexto pós-democrático. Centrando-se no caso dos documentários radicais na Grécia, o texto examina as maneiras pelas quais a política neoliberal de austeridade tem contribuído para uma mudança rumo a uma política pós-democrática onde as decisões são tomadas em outros locais e o papel do governo nacional é o de reforçar tais políticas. Neste contexto, perguntamos qual é o papel da mídia e do jornalismo e se eles não podem mais agir como cães de guarda. Examinando os documentários radicais como parte de um campo mais amplo de mídia radical na Grécia, mostramos como eles inauguram uma economia política diferente, para além da mercantilização de conteúdos e da informação, operando para o benefício social em vez do lucro. Além disso, ao documentar a crise, dando voz aos afetados e àqueles que planejam um futuro além da crise, esses documentários são parte de uma mudança rumo a modelos mais colaborativos de organização social, e um movimento para construção de uma economia social. Seu papel específico se encontra em ajudar a restaurar o corpo social e contribuir para o processo de se tornar comum, onde a solidariedade e a confiança social são recuperadas.

Palavras-chave: documentários radicais; jornalismo; comum; neoliberalismo; crise.

Abstract

This article is concerned with the changing role of the media and journalism in a post-democratic context. Focusing on the case of radical documentaries in Greece, the article examines the ways in which neoliberal policies of austerity have contributed to a shift towards a post-democratic polity where decisions are taken elsewhere and the national government's role is that of enforcing such policies. In this context, we ask what is the role of the media and journalism if they can no longer act as watchdogs. Examining radical documentaries as part of the broader field of radical media in Greece, we find that they inaugurate a different political economy, beyond that of commodifying contents and information, operating for social benefit rather than for profit. Additionally, by thematising the crisis, giving voice to those affected and to those planning a future beyond the crisis, these documentaries are part of a shift towards more collaborative models of social organization, and a movement towards the building of a social economy. Their specific role in this is found to be one of helping to restore the social body and to contribute to processes of commoning, whereby solidarity and social trust is recovered.

Keywords: radical documentaries, journalism, commons, neoliberalism, crisis, Greece

Traduzido_Caroline Bernardo

O ano de 2008 marcou o início de uma nova fase no capitalismo global, caracterizado pela multiplicação e intensificação de crises por todo o mundo. Do ponto de vista europeu, a poderosa crise da dívida que envolveu países do sul da Europa e a Irlanda em 2008, a “Primavera Árabe” e as guerras que se seguiram, os movimentos *Occupy* no final de 2011 e a crise dos refugiados entre 2015 e 2016 são alguns desses eventos cruciais com amplas ramificações de alcance. Na maioria desses eventos, a Grécia esteve “no olho do furacão”, vivenciando uma prolongada e aprofundada crise política e social em que o Estado e os órgãos sociais se mostraram incapazes de lidar com a crise ou contê-la. O “estado das coisas” na Grécia, no momento, se encaixa perfeitamente no cenário pós-democrático que Colin Crouch discutiu tão eloquentemente em 2004 e em maior aprofundamento em 2011. À medida que a crise se aprofunda e se intensifica, e em um contexto onde cidadãos estão efetivamente privados de poder, como eles podem assumir agência, formular novos entendimentos e buscar reparação? Na Grécia, as crises tiveram várias respostas, que incluíram protestos e ocupações (O Comitê Invisível, 2015; Simiti, 2014; Mason, 2012), movimentos conspiratórios, místicos e fascistas (Bakalaki, 2014; Papastathis, 2015), ascensão e queda da coalizão do partido de esquerda radical Syriza (Ovenden, 2015; Sheehan, no prelo), organização social “de baixo para cima” e o surgimento de uma economia social ou solidária e um ressurgimento do pensamento sobre o comum (Rakopoulos, 2013-15; Kioupiolis e Karyotis, 2015). Neste artigo, discutimos que o surgimento de documentários radicais na Grécia deve ser entendido dentro do contexto de formulação de respostas produtivas e alternativas práticas e vivas à crise.

O artigo foca no gênero dos documentários radicais na Grécia e procura explorar o papel político e o significado desta forma de mídia, e o campo mais amplo de mídia radical a que pertence. Analisando uma série de documentários produzidos nos anos da crise, o artigo interroga as novas práticas de documentários em torno da crise que têm surgido na Grécia, com o intuito de contribuir para a teorização do papel da mídia radical no contexto de crises econômicas, sociais e políticas prolongadas associadas

ao neoliberalismo. Nesse sentido, o artigo envolve uma discussão sobre o conceito de pós-democracia e a erosão dos direitos políticos e civis associados ao neoliberalismo. Neste contexto, o papel da grande mídia tradicional e liberal é redundante ou reacionário e um vazio é criado. É neste vazio que a mídia radical tem surgido, e é dentro desta área que os documentários radicais tem se tornado parte integrante.

Os documentários radicais são teorizados como parte de novas formas de organização social e econômica “de baixo”, amplamente entendidas como economia solidária. Os documentários são discutidos em termos dos contextos político-econômicos da produção de tais formas de mídia, identidades dos produtores, temas e tópicos abordados e relações entre produtores de mídia e o público. A discussão indica que as funções políticas do gênero podem se localizar na sua contribuição ao permitir que a economia social e solidária se mova para além da agitação e da pedagogia, em direção a um processo de compreensão social coletiva da crise, da gestão e da reabilitação do trauma social lidando com a culpa, a criação de divisões, expropriação e “sociocídio” por meio da imposição de extrema austeridade. Desta maneira, esses documentários procuram restaurar os laços sociais quebrados e manter a sociedade unida, oferecendo, assim, uma resistência viva e contínua à individuação e ao colapso social da crise neoliberal.

1. CONTEXTO I: NEOLIBERALISMO, CRISE E PÓS-DEMOCRACIA

A crise econômica que envolveu a Grécia, frequentemente descrita como uma poderosa crise da dívida, sugerindo que o país é totalmente responsável pela dívida e deve pagá-la (Rakopoulos, 2013), está, por um lado, relacionada às pressões e tensões da atual iteração do capitalismo global e, por outro, vivenciada localmente por meio dos filtros da História, do contexto cultural e da cultura política da Grécia. O advento do capitalismo global neoliberal está associado a uma perda de poder dos sistemas locais da democracia representativa. Colin Crouch entende isso como pós-democracia (2004; 2011), apontando para a incapacidade do aparato insti-

tucional formal dos estados-nação de se afastar do caminho neoliberal.

A pós-democracia é, em primeiro lugar, o resultado do avanço do neoliberalismo como uma ideologia política e econômica que gira em torno de ideias de Estado mínimo e máximo mercado. Crouch (2011) esboça a história do neoliberalismo, que pode ser traçada nos eventos dos anos 1970, principalmente a crise do petróleo de 1973 e a alta inflação que se seguiu. Crouch argumenta que a principal doutrina do neoliberalismo é que os “resultados favoráveis serão alcançados se a demanda e a oferta de bens e serviços puderem ajustar-se mutuamente por meio do mecanismo de preços, sem interferência do governo ou de outras forças – embora sujeitos às estratégias de *pricing* e marketing das corporações oligopolistas” (Crouch, 2011, p. 17). Isso contradizia diretamente as políticas social-democratas associadas a Keynes, e em que o governo interferiria se a demanda estivesse ficando baixa pela injeção de dinheiro na economia.

140 Em vez disso, os argumentos desenvolvidos por economistas neoliberais, como Friedman, eram que o protecionismo e a intervenção governamental levarão, a longo prazo, a uma crise mais profunda e a mais desemprego porque “distorcerá” o mercado, não permitindo que os preços e salários se ajustem “naturalmente”. O domínio político teve que operar separadamente e fora do domínio econômico e do mercado. Segue-se que qualquer tipo de intervenções governamentais ou jurídicas na forma de apoio a acordos coletivos obrigatórios, qualquer tipo de proteção ao trabalho ou subsídios para determinadas indústrias são contrárias aos princípios neoliberais porque interferem na independência do mercado. Da mesma forma, a propriedade pública ou estatal de certos bens públicos, tais como eletricidade, gás, água, ferrovias e radiodifusão, foi vendida a empresas privadas no intuito de assegurar que o mercado possa operar sem entraves. O próximo passo na neoliberalização do mundo é a prestação de serviços públicos, como saúde e educação. Embora se tenha se provado “uma casca dura de quebrar” (Crouch, 2011-20), a lógica neoliberal aplica-se aqui também. Esta lógica é de que a prestação desses serviços pelas empresas

que maximizam os lucros irá oferecer mais opções aos consumidores e uma entrega mais eficiente.

Embora o neoliberalismo tenha avançado em um ritmo diferente nos diferentes países, sua lógica é agora quase onipresente, mesmo que haja alguns países onde suas doutrinas foram aplicadas de forma pura (Crouch, 2011). Em parte, a ubiquidade desta lógica é devida à coerção via mecanismos institucionais e legais. Por exemplo, acordos internacionais de comércio e órgãos como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, e desde o começo dos anos 2000 a União Europeia, ao lado da influência de nações poderosas como os Estados Unidos e o Reino Unido, ajudaram a reforçar amplamente as doutrinas.

Entretanto, existem algumas nuances que não podem ser levadas em conta se olharmos para a fortaleza do neoliberalismo apenas em termos de aplicação prática. Como observa Crouch (2011), o neoliberalismo estendeu as escolhas para as pessoas e impôs limites aos governos. Esse discurso sobre escolhas é associado à mudança de uma organização social baseada em grupos para a priorização das preferências e responsabilidades individuais, culpando os indivíduos em vez de compreensões sociais ou coletivas. Além disso, o neoliberalismo tem evitado o centralismo e a burocracia, que se tornaram a norma em sociedades complexas. Por outro lado, e isso é importante no presente artigo, a relação entre lógica neoliberal, centralização e localização ou ação “de baixo para cima” é complexa e tensa. Isso ocorre porque, se a política e a economia devem ser separadas, então o poder deveria primeiramente ser concentrado de qualquer lugar que seja encontrado e, então, feito para servir o mercado – central *versus* local não é, entretanto, o mesmo que Estado *versus* mercado (Crouch, 2011).

O impacto do domínio das políticas neoliberais tem sido bem documentado. David Harvey (2005) e Thomas Piketty (2014) mostraram que, em vez de sociedades igualitárias, as políticas neoliberais levaram à extrema concentração de riqueza e a uma crescente polarização entre os muito ricos e os muito pobres, com o meio entre eles desaparecendo. Crouch (2011) fala sobre o controle corporativo

assumido pelo mercado, referindo-se ao aumento do poder e do domínio das empresas multinacionais ou que vivem à custa de pequenas empresas. Na visão de Crouch, a ascensão dos oligopólios e a expansão do poder e da influência das corporações são duas das principais características da era neoliberal. A ascensão do poder das corporações está, por sua vez, associada à diminuição do poder da esfera política, ao uso da dívida como um mecanismo disciplinar para Estados e pessoas (Lazzarato, 2015), e a uma mudança mais ampla nos valores culturais e sociais em direção a um individualismo intensificado e frequentemente cultivado nas mídias sociais como um individualismo conectado, em rede (Castells, 2001; Wellman, 2001).

O encolhimento do poder da esfera política é, em muitos aspectos, resultado direto da priorização do mercado, que, por sua vez, foi tomado pelas corporações. A situação é referida por Crouch como pós-democracia: embora o aparato institucional formal da democracia representativa ainda exista, na prática, as decisões políticas não são tomadas nos parlamentos, mas em acordos comerciais e em negociações mais ou menos secretas (Crouch, 2004). Desta maneira, apesar de as eleições ainda acontecerem, os governos mudarem e os partidos políticos ainda estarem em operação, seus poderes são significativamente diminuídos ao passo que eles operam mais ou menos como executores da política neoliberal debaixo da doutrina “não há alternativa”.

Em nenhum lugar isso se manifesta mais claramente do que na Grécia, o epicentro europeu da crise financeira. Desde a crise iniciada em 2009 até meados de 2016, houve quatro eleições nacionais, um referendo e sete mudanças no governo. Todos os governos foram formados por coalizões relativamente instáveis, incluindo um governo nomeado, liderado por Lucas Papademos, um tecnocrata e ex-vice-presidente do Banco Central Europeu. A tarefa desses governos foi a de administrar a dívida, o que todos fizeram através de assinaturas e aprovando acordos de resgate profundamente impopulares (os chamados memorandos) com a chamada Troika (o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional) com

termos cada vez mais negativos para a sociedade grega.

O contexto pós-democrático tornou-se claro para todos quando Syriza, a “coligação da esquerda radical” foi eleita em janeiro de 2015 em uma plataforma anti-memorando e com uma agenda para renegociar os contratos de empréstimos, a fim de conseguir a proteção dos direitos sociais, especialmente aqueles dos mais vulneráveis da sociedade. Apesar das proclamações do Syriza e um referendo que terminou com um retumbante “não” para mais acordos de resgate, o primeiro-ministro Alexis Tsipras acabou concordando com termos ainda mais rigorosos com a Troika (Sheehan, prestes a ser publicado). Em suma, apesar da impopularidade dos acordos de resgate, dos votos para um partido que prometeu acabar com esses acordos, e dos 62% que votaram contra outro negócio com a Troika, não houve mudança nas políticas seguintes. Os termos do resgate estão seguindo precisamente a doutrina neoliberal de mais mercado, menos Estado, e nenhuma ou mínima proteção social. Isso levou a uma privação de direitos dos cidadãos gregos e a uma desilusão generalizada com o processo político.

141 Neste contexto, o papel tradicional dos meios de comunicação como um quarto poder, e, portanto, outra instituição de governança tem que ser rediscutido. Nas democracias representativas liberais, o papel normativo da mídia é de atuar como um cão de guarda e ajudar os cidadãos a formular uma opinião pública que possa alimentar o processo político (Siebert et al., 1956; Habermas, 1996). Embora tenha havido muitas críticas em relação à capacidade da mídia de cumprir seu papel dado o contexto econômico político em que ela opera (Herman e Chomsky, 1988), seu papel normativo é raramente questionado. Contudo, em um contexto de pós-democracia, quando o próprio processo político é enfraquecido ou tem sido cortado dos cidadãos, precisamos repensar o papel da mídia tanto em termos normativos quanto pragmáticos – esta reflexão não deve ser desconectada de outras respostas políticas, sociais e culturais para a crise como uma nova compreensão normativa que pode surgir das práticas midiáticas reais. É neste contexto que precisamos posicionar os documentários radicais na Grécia.

Os principais meios de comunicação gregos estão profundamente envolvidos na crise, tanto em termos econômicos políticos quanto em termos culturalistas. A questão complexa e difícil da propriedade dos meios de comunicação e da operação em um ambiente desregulamentado e muitas vezes mal regulamentado na Grécia tem sido discutida por vários autores (veja, por exemplo, Papathanassopoulos, 2001; Hallin e Papathanassopoulos, 2002; Papatheodoru e Machin, 2003; Veneti e Karadimitriou, 2013; Siapera et al., 2014).

Em um relatório preparado para a Comissão Europeia, Siapera (2015) descobriu que a propriedade dos meios de comunicação na Grécia é confundida pelos múltiplos interesses comerciais dos proprietários dos meios de comunicação que usavam a mídia para seguir suas próprias agendas, enquanto Smyrniaios (2013) mostrou o quão profundamente entrelaçados estão os interesses dos proprietários dos meios de comunicação com os dos partidos políticos e das famílias “de negócios” na Grécia. Embora exibindo algumas características idiossincráticas, o modelo oligopolista de propriedade dos meios de comunicação não é exclusivo da Grécia. Apesar disso, a economia política da mídia grega pode contribuir para a compreensão de como intrinsecamente eles estavam envolvidos na legitimação dos acordos de resgate e no apoio aos vários governos gregos que assinaram e os implementaram (Smyrniaios, 2013; Poulakidakos, 2013). Em termos culturais, portanto, os principais meios de comunicação gregos agiram como veículos de propaganda apoiando inequivocamente os acordos de resgate e criticando ou silenciando excessivamente quaisquer vezes discordantes (Leandros et al., 2010; Poulakidakos e Armenakis, 2014; Pleios, 2015). Não é de se surpreender, portanto, que críticas aos meios de comunicação aparecessem como parte das respostas à crise.

2. CONTEXTO II: RESPOSTAS À CRISE

Enquanto as respostas à crise podem ser vistas a partir de perspectivas políticas, institucionais e internacionais, o foco atual está na base e na raiz da sociedade grega. O primeiro e imediato tipo de

resposta foi o da ira direcionada ao governo e às elites econômicas e políticas locais e globais, manifestada por meio de protestos, greves e ocupações. Grandes protestos, greves e manifestações foram ocorrências regulares na Grécia, com ampla participação da população (Rudig e Karyotis, 2014). Rudig e Karyotis (2014) citam estatísticas da polícia grega que relatam que 7123 protestos foram realizados na Grécia somente em 2010, com mais de 4000 deles em Atenas – os mesmos autores relatam 7 greves gerais em 2010 e outras 7 em 2011, de longe o maior número na Europa.

Ao mesmo tempo, por um breve momento na primavera e no verão de 2011, as pessoas começaram a ocupar espaços públicos exigindo mudanças políticas e “democracia real”, no que é muitas vezes referido como o movimento das praças (Dalakoglou, 2013). Estes protestos e ocupações estavam em paralelo com eventos semelhantes no movimento 15M na Espanha e no movimento global *Occupy* nos Estados Unidos, no Reino Unido e em outros lugares. A intensidade e a novidade destes eventos levaram a argumentos de uma resistência mais generalizada ao neoliberalismo que talvez possam levar a uma mudança social (Mason, 2012).

A ascensão meteórica do Syriza, partido da coligação da esquerda radical, e sua queda igualmente íngreme e uma completa reviravolta na marcha são atualmente objeto de análises e debates (Ovenden, 2015; Sheehan, prestes a ser publicado). A ascensão e queda do Syriza tem demonstrado, por um lado, o quão esmagador é, atualmente, na Grécia, o contexto da crise e da pós-democracia, bem como que há pouco a se esperar dos meios políticos tradicionais. No início de 2016, não havia nenhum sinal de que qualquer mudança sociopolítica fora do neoliberalismo pudesse ocorrer na Grécia ou em outros lugares. A perspectiva muda, no entanto, se mudarmos nosso olhar das erupções periódicas, tais como protestos e ocupações, para a ação contínua que acontece na base. E na base podemos traçar as operações da economia social ou solidária na Grécia.

Apesar de utilizarmos o termo economia social ou solidária (Laville, 2010; Rakopoulos, 2013), que, frequentemente, abarca uma multiplicidade de prá-

ticas, usamos aqui para referir-se às práticas econômicas “de baixo para cima” que tendem a priorizar o valor de uso e o bem social sobre o lucro. Um dos resultados da crise e da imposição da austeridade tem sido a retirada do Estado no oferecimento de serviços públicos, incluindo saúde e educação e, em geral, proporcionando uma rede de seguridade social. As redes de solidariedade surgiram em parte para preencher essa lacuna, oferecendo serviços voluntários. Por exemplo, nas “Clínicas Sociais” e “Farmácias Sociais” em Atenas e Thessaloniki, médicos e enfermeiros fazem trabalho voluntário e pessoas doam remédios que não precisam mais. Outras iniciativas incluem a troca de serviços, onde, por exemplo, um professor pode oferecer lições em troca de serviços de conserto de automóveis e assim por diante – o site antallaktiki.org funciona como uma plataforma para a publicidade dessas trocas. Em terceiro lugar, cooperativas e redes de distribuição direta de alimentos surgiram na tentativa de servir as necessidades das pessoas em relação à alimentação e outros bens de consumo, sem os explorar com fins lucrativos. Nesses mercados, os agricultores vendem os seus produtos diretamente aos consumidores sem quaisquer “intermediários” (Rakopoulos, 2013).

Finalmente, houve algumas tentativas bem-sucedidas de se autogestão de fábricas recuperadas pelos próprios trabalhadores, por exemplo, a fábrica Vio.Me em Thessaloniki, onde os trabalhadores ocuparam a fábrica depois que a empresa foi à falência, mudaram a produção de cerâmica para produtos de limpeza ecológicos e agora também se expandiu para uma loja online de produtos sem intermediários.

Estes desenvolvimentos não são, de forma alguma, novos. Eles ocorreram no cenário forte e influente da economia solidária da Argentina, onde a crise de 2002 e a imposição de austeridade neoliberal tiveram efeitos muito semelhantes. De fato, há uma troca de *know-how* e solidariedade mútua entre iniciativas econômicas solidárias e cooperativas na Argentina e na Grécia. Em março de 2016, por exemplo, o teórico e intelectual argentino da economia solidária Andres Ruggeri foi um dos convidados em um evento organizado pelo Movimento de Solidariedade Aberta, que é uma das iniciativas de

apoio à fábrica recuperada Vio.Me. Nestes termos, a economia solidária grega deve ser vista como parte de um movimento mais amplo e internacional para a organização econômica alternativa, bem como sistemas de economia alternativa.

Um parâmetro crucial para o sucesso de tais iniciativas é o da confiança. Em suas investigações antropológicas sobre iniciativas de solidariedade na Grécia, Theodoros Rakopoulos (2013; 2014; 2015) foca em pessoas envolvidas nessas relações de solidariedade e suas conexões com os outros, ou seja, nas sociabilidades que emergem. Rakopoulos descobriu que essas socialidades, que ele entende como práticas informais que se desenvolvem na prática e na ausência de regras formais, são construídas a partir dos laços locais, através de bairros, de redes de parentesco e amizade e sustentadas pela confiança mútua e por uma moralidade que se desenvolveu por meio deste contato social próximo.

Em outras palavras, a economia solidária depende de uma espécie de socialidade que gira em torno de uma estreita associação e vínculos com os outros. Rakopoulos (2015) vê a socialidade como um processo, que ajuda no desenvolvimento, juntamente com outros processos históricos e sociais (veja também Long e Moore, 2014). Segue-se, portanto, que este tipo de socialidade emergente na economia solidária como uma resposta à crise, mas também se movendo para além da crise e para o futuro, é muito diferente do individualismo atomizado do neoliberalismo com uma socialidade que gira em torno de redes personalizados e confiança com base na recomendação de sistemas.

No entanto, como observa Rakopoulos, uma tensão fundamental para as redes de solidariedade é entre a informalidade que sustenta as redes de solidariedade no presente e as exigências de formalização colocadas pela ambição futura de ampliar e expandir a economia solidária. A socialidade, ou os laços com os outros, pode emergir como um fator essencial para permitir a escalabilidade enquanto mantendo os elementos de solidariedade. A questão é encontrar maneiras de construir e manter vínculos e confiança na ausência de regras formais (ou mecânicas / algorítmicas).

É aqui que podemos localizar a mídia radical: ela tem surgido na crise e da crise, caracterizada por uma orientação pragmática para o aqui e agora, mas com uma preocupação a longo prazo rumo a uma mudança sustentável para além da crise (Siapera e Papadopoulou, 2015; Siapera et al., 2014). Esta discussão tem sido necessária, a fim de apontar para a inserção midiática no ambiente social, político e econômico. Pensar em documentários radicais na Grécia como uma nova forma de mídia não pode ocorrer fora deste cenário mais amplo. Como este artigo descreverá nas seções a seguir, a mudança da função normativa e política desses meios de comunicação é manter laços sociais em uma sociedade que está sob ataque. Estas mídias, portanto, não são incidentais, mas centrais para os esforços de baixo para gerenciar a crise de forma pragmática, para lidar com os traumas afetivos causados pela crise, e para pensar e criar um novo futuro. Enquanto os documentários fazem parte do campo mais amplo da mídia radical na Grécia, a sua posição e seu papel são únicos no sentido de terem espaço e meios para enfrentar algumas destas questões importantes.

3. DOCUMENTÁRIOS RADICAIS

A mídia radical na Grécia constitui um campo dinâmico e em evolução, cuja importância e papel no contexto atual não devem ser subestimados (Siapera, 2015). A produção de documentários radicais tem sido parte integrante do campo, e pode-se até argumentar que eles inauguraram o jornalismo radical, ou pelo menos deram o pontapé inicial para a sua forma atual, que se caracteriza por valores de produção de alto nível, pela participação de jornalistas profissionais e trabalhadores altamente qualificados da comunicação, e uma visibilidade relativamente alta tanto na Grécia quanto nos outros países (Siapera, 2015). Esta seção começará com uma discussão sobre documentários como uma forma de mídia, esboçando alguns debates na literatura antes de passar para discutir as especificidades dos documentários radicais no contexto pós-democrático grego, olhando para contexto de produção, identidades dos produtores, temas e assuntos que estão no centro destes documentários, além de sua estética, distribuição e recepção.

Em uma definição muito citada, o cineasta e teórico John Grierson definiu os documentários como “o tratamento criativo da realidade” (Hardy, 1966, p. 13). No entanto, esta definição muito ampla pode incluir uma grande variedade de formas de mídia não-ficcionais, incluindo, por exemplo, filmes publicitários ou corporativos, filmes de informação pública ou de instrução, mas também jornalísticos, diminuindo, assim, a capacidade explicativa desta definição.

Outro conjunto de desafios vem da natureza desta “realidade” e da tensão entre veracidade, criatividade e perspectiva. Plantinga (2005) discute duas abordagens para documentários. A primeira compreende os documentários como um registro indicial da realidade, onde o foco e a ênfase são sobre a gravação do que está lá. Uma segunda abordagem compreende os documentários em termos da postura que tomam e das afirmações que fazem sobre os assuntos, onde os cineastas afirmam ainda mais a veracidade de sua postura. No entanto, Plantinga salienta que essas definições mutuamente excludentes acabam em problemas considerando os vários gêneros de documentários. Por exemplo, compreender os documentários como um índice da realidade pode não dar conta dos documentários expositivos, que normalmente incluem uma voz *over* fornecendo uma explicação das imagens e filmagens usadas. Por outro lado, os documentários como uma afirmação podem não dar conta dos documentários observacionais que se baseiam principalmente em imagens sem uma voz *over*; embora as afirmações possam ser feitas por meio da edição, há filmes que realmente são um registro indiscutível da realidade, por exemplo, o filme “Danos Colaterais” do Wikileaks ou outros filmes baseados em testemunhas.

Partinga (2005) propõe uma definição que aborda essas aberturas e reconhece a perspectiva posicionada dos documentários sem comprometer suas reivindicações de veracidade. Para Partinga, documentários podem ser vistos como representações verídicas declaradas, onde existe uma compreensão implícita de que o diretor do documentário afirma a veracidade das proposições envolvidas no trabalho e que as imagens e os sons são um índice confiável da veracidade.

Como Partinga diz: “quando um cineasta apresenta um filme como um documentário, ele ou ela não só tem a intenção de que o público venha a formar certas crenças, mas também [...] comunica algum aspecto fenomenológico do assunto, a partir do qual o espectador pode razoavelmente formar um sentido desse aspecto fenomenológico e/ou formar crenças verdadeiras sobre esse assunto” (2005, p. 111).

A veracidade e a facticidade dos documentários radicais são uma parte central junto com a ideia de que estes documentários estão querendo iniciar mudanças nas audiências com base nas representações contidas na obra. Assim, vemos que o elemento declarado é claro e inequívoco, em vez de ficar escondido atrás de noções de “objetividade” ou “equilíbrio”, que são normalmente associados com a tradição do jornalismo liberal (Kovach; Rosenstiel, 2007). Em segundo lugar, enquanto o jornalismo é um processo contínuo de seleção e relato de notícias, os documentários focam em um assunto, permitindo um tratamento aprofundado e abrangente do assunto. Finalmente, como os documentários são tipicamente projetos pontuais, eles podem ser mais fáceis de financiar, enquanto que eles podem encontrar caminhos claros de distribuição por meio das mídias sociais, alcançando, assim, uma grande variedade de públicos.

Como será visto a seguir, todos esses elementos se encontram no campo dos documentários radicais gregos, que, no entanto, se afastam da tradição liberal ou convencional dos documentários por causa da politização explícita dos assuntos tratados, por causa das identidades dos seus produtores, e por causa da economia política operada por eles. Começando com essa última questão, a economia política da produção de documentários radicais marca um claro afastamento do *mainstream*, com base em pelo menos dois parâmetros: o financiamento e a estrutura do processo produtivo. O documentário, “Debtocracy” produzido pela Infowar Productions em 2011, que inaugurou o campo em muitos aspectos, baseou-se exclusivamente no *crowdfunding* ou financiamento colaborativo, conseguindo cobrir todos as suas despesas em 15 dias (Aris Chatzistefanou, entrevista em 2015).

A Infowar, produtora criada por Aris Chatzistefanou, um cineasta e jornalista investigativo, também produziu “Catastroika” em 2012 e “Fascism Inc.” em 2014 usando *crowdfunding*. Enquanto em “Debtocracy” o financiamento colaborativo foi utilizado a fim de cobrir as despesas, em “Catastroika” eles cobriram com sucesso os salários para as pessoas que trabalharam no projeto por pelo menos um ou dois meses arrecadando mais de 25 mil euros. “Fascism Inc.” foi ainda mais bem-sucedido enquanto Infowar está atualmente financiando colaborativamente um quarto documentário intitulado “#ThisIsNotaCoup”, mas para Chatzistefanou, a importância do financiamento colaborativo reside na independência da equipe de produção, que não aceita doações de bancos ou empresas privadas.

A maioria das outras produções depende de financiamento colaborativo exclusivamente ou em paralelo ao financiamento de sindicatos ou ativistas, como por exemplo, os documentários “Ruines” (Zoe Mavroudi, 2013), “Greedy Profit” (Giannis Karypidis de 2013), “Knowledge as a Common Good” (Ilias Marmaras, 2014), “WaterDrops” (Nelli Psarrou, 2014), “Non Omnis Moriar” (Theodosia Grammatikou, 2015), “Atenas from Beneath” (Takis Bardakos, 2015), “Skoros: Anti-Consumption in Practice” (Andreas Chatzidakis / Athina Souli, 2015), “Golden Dawn: A Personal Affair” (Angelique Kourounis, 2016). Todos foram pelo menos em parte financiados por doações colaborativas.

Um parâmetro interessante aqui é que estas produções e as produtoras ajudam e apoiam uns aos outros: por exemplo, “Non Omnis Moriar” e “Ruines” têm sido apoiadas pela Infowar Produções apontando para um campo que não é caracterizado pela concorrência típica dos meios de comunicação. O financiamento colaborativo opera não só como um fiador da independência, mas também como uma maneira de colaborar com o público, convidando-os para o processo de produção.

A colaboração também é central na maneira como o processo de produção é organizado, embora funcione de forma diferente em diferentes equipes de produção. Algumas equipes de produção estão configuradas como cooperativas, sem fins lucrativos,

como por exemplo, a “Lokomotiva Film Collective” (Non Omnis Morra, 2015) e a “Square Films” (Atenas from Beneath, 2015), enquanto outros são parte de redes de colaboração mais frouxas, como a cooperativa “Personal Cinema” que apoiou o documentário “Knowledge as a Common Good” em 2014 e “Building Communities of Commons in Greece”, que terminou a sua campanha de financiamento colaborativo em janeiro de 2016.

Estas produções documentárias envolvem colaborações entre cineastas, jornalistas, acadêmicos, artistas e ativistas. Por exemplo, o documentário “Skoros” se compreende como “um filme etnográfico colaborativo”, e sua equipe de produção inclui Andreas Chatzidakis, um acadêmico do Reino Unido. Nelli Psarrou, que produziu e dirigiu “WaterDrops” é um cientista político e ativista, enquanto “Debtocracy” se baseou em entrevistas com acadêmicos de renome, como David Harvey, Alain Badiou, entre outros. Zoe Mavroudi é um ator, dramaturgo e roteirista que colaborou com Omnia TV, um coletivo de mídia radical, e a revista “Unfollow” para fazer “Ruins”. Os documentários “Atenas: Social Meltdown” (2012) e “Future Suspended” (2013) foram resultado de colaborações entre Dimitris Dalakoglou, da Universidade de Sussex, Antonis Vradis, um jornalista, Ross Domoney, um cineasta e parte do coletivo Aletheia, com sede no Reino Unido, e como parte do projeto de pesquisa “Crise Scape”, dirigido por Dimitris Dalakoglou. As colaborações internacionais são uma parte fundamental deste campo, bem como parte de sua agenda política para conectar as experiências gregas às outras partes do mundo, construindo solidariedades globais.

Enquanto os produtores podem ser entendidos em termos variáveis como artistas, acadêmicos, cineastas e jornalistas, todos eles têm em comum uma identidade política radicalizada que surgiu fora do contexto descrito acima como crise capitalista neoliberal e pós-democracia. Esta identidade radicalizada é importante se quisermos compreender a função política desses documentários, mas marca ainda um ponto de partida da identidade do cineasta entendida como mediação entre o público e os assuntos ou a representação.

Os trabalhadores da mídia e os jornalistas tornaram-se polarizados no contexto da crise na Grécia, com alguns se tornando comprometidos, optando por trabalhar para a grande mídia, geralmente vista como veículo de propaganda. Outros se radicalizaram, tendo vivenciado o impacto da crise, por meio do desemprego, da superexploração e da repressão policial (Siapera et al, 2014; Siapera, 2015). Eles, portanto, se tornaram vozes ativas na criação de espaços de mídia radical, dentro dos quais poderiam se desenvolver diferentes narrativas da crise e sugerir e explorar imaginários sociais alternativos.

Todos os diretores e produtores desses documentários têm fortes opiniões políticas, que os motivam e animam seu trabalho. Em uma entrevista pessoal com Zoe Mavroudi, o diretor de “Ruins”, que lida com casos de mulheres soropositivas, que foram forçadas a serem testadas, presas, e envergonhadas pela mídia em um caso altamente divulgado, ela explicou como este caso foi emblemático em relação à violência do sistema. Ela nos disse que ficou irritada e indignada com a ferocidade com que o Estado e a mídia perseguiram estas mulheres. Mavroudi sentiu que era necessário criar um registro disso como um meio pelo qual pudesse questionar o poder e a perversidade dos aparatos do Estado e da mídia, mostrando que, em condições pós-democráticas, a mídia faz parte dos mecanismos de repressão do Estado.

Aris Chatzistefanou, o diretor de “Debtocracy”, falou de sua trajetória pessoal, ao ser demitido de “Skai”, uma das maiores emissoras privadas de mídia da Grécia, porque se recusou a assinar um acordo individual com o canal, o que efetivamente invalida o acordo coletivo entre empregadores e empregados da mídia. Ele falou das pressões evidentes colocadas sobre os trabalhadores da mídia pelos proprietários dos meios de comunicação, do sistema midiático profundamente corrupto, e da falta de justiça social. Em geral, as evidências nas entrevistas e discussões com estes produtores de mídia, bem como as suas intervenções públicas e os próprios escritos sugerem que as afirmações que eles fazem em seus documentários e representação estão, propositadamente, expondo o impacto da crise, as pressões impostas à sociedade, a destruição causada e o saque dos recursos públicos.

E esses temas são encontrados nos assuntos que escolhem para filmar. Se tivéssemos de elaborar uma cronologia dos temas à medida que surgissem, o primeiro tema de preocupação foi a própria crise, com documentários fornecendo em profundidade as análises, as ligações entre a experiência grega e outras experiências de dívida na Argentina e em outros lugares, procurando fazer conexões entre a política internacional, o capitalismo, e a intensificação da exploração. “Debtocracy” e “Catastroika” (Infowar, 2011 e 2012) foram dois desses documentários ao lado de “Mute: Visualization of na Economic Rape” (Yannis Biliris, 2012), que exploram a crise visualmente.

Este tema é acompanhado de documentários que se voltam para as formas de gestão da crise, por meio de venda de recursos, demissões em massa e fechamentos de pequenas e médias empresas. O saque dos recursos públicos, no caso da mina de ouro em Skouries, ao lado de uma antiga floresta, são abordados em “Profit Greedy” (2013), as tentativas de privatizar as empresas públicas de água são detalhadas em “WaterDrops” (2014), enquanto que a destruição da indústria siderúrgica e a luta dos trabalhadores estão documentados em “Non Omnis Morra” (2013). A transformação dos espaços públicos em espaços privados, com a privatização de terrenos públicos, está documentada em “Future Suspended” (Dimitris Dalakoglou e Ross Donomey, 2013). Em “Ruins” (2013), Zoe Mavroudi explora as vidas arruinadas de mulheres soropositivas perseguidas e publicamente envergonhadas, enquanto o documentário “Athens from Beneath” (2015) mostra a nova classe baixa que surgiu em Atenas. Theopi Skarlatos examina as relações sociais e românticas em “Love in the Time of Crisis” (2014). A ascensão do fascista e racista Golden Dawn está documentada em “Golden Dawn: A Personnal Affair” (2015) de Angelique Kourounis, “Burning from the Inside” (2015) de Marsia Tsivara e “Fascism Inc.” (Infowar, 2015). O déficit democrático e pós-democrático é explorado em “This is a Coup” (2015) de Theopi Skarlatos e em “This is Not a Coup” prestes a ser lançado pela Infowar Productions.

Junto a esses temas, os documentários radicais estão explorando formas ainda mais novas de abordar e resistir à crise, por meio do desenvolvi-

mento de meios alternativos de auto-organização, espaços comuns e solidariedade social. “Next Stop Utopia” (Apostolos Karakasis, 2015) sobre a fábrica de autogestão Vio.Me, “Knowledge as a Common Good” (Ilias Marmaras, 2014), “Let’s Not Live Like Slaves” (Yannis Youlountas, 2013) e “Building Communities of Commons in Greece” (Personal Cinema Collective) que está prestes a ser lançado, bem como “Skoros: Anti-Consumption in Crisis” (Andreas Chatzidakis e Athina Souli, 2015) sobre uma cooperativa anticonsumista em “Exarcheia in Athens”, todos exploram novas formas de auto-organização e de solidariedade não só como remendos temporários para a crise, mas como um meio de moldar o futuro. Ao longo destes temas principais, subtemas e correntes dentro dessas obras exploram o papel do Estado e da repressão e violência policiais, que têm sido centrais na gestão da crise vinda de cima e no lidar com as respostas resistentes dos cidadãos. Além disso, em resumo, os temas abrangem as bases econômicas e políticas das crises, a privatização de tudo, a implosão social, mas também a nova organização social que está surgindo, e o surgimento de uma nova consciência social e política emergente nas ruínas de um Estado pós-democrático.

Em termos de cinematografia ou o estilo estético adotado por estes documentários, é difícil de categorizar, nos termos de Nichols (2001), em seis gêneros de documentários. Alguns, como “Debtocracy” e “Catastroika” assumem um tom expositivo, “Mute” pode ser visto como poético, enquanto “Non Omnis Moriar” pode ser visto como performativo, mas também inclui elementos poéticos. Não existe um único gênero definitivo, até porque a maioria dos documentários combina elementos de observação, com entrevistas e técnicas participativas, muitas vezes usando um narrador para ligar os vários elementos.

Um dos aspectos mais marcantes é o de valores de produção de alto nível. Esses documentários são produzidos profissionalmente no sentido de que a maioria dos participantes na produção é altamente qualificada em processos de criação midiática, e muita habilidade, pensamento e esforço foram canalizados para pesquisa, filmagem e edição do material. Imagens impressionantes e comoventes frequentes de eventos

históricos, eleições, greves, tumultos e protestos em massa, são utilizados para apoiar e ilustrar eventos e argumentos que explicam esses eventos. Pesquisa em profundidade e entrevistas com uma multidão de testemunhas e participantes de várias perspectivas, dos políticos aos acadêmicos, de jornalistas a trabalhadores migrantes, de pessoas adultas até a geração mais jovem, fazem esses documentários fortes e convincentes na construção de seus argumentos e afirmações. Na maioria dos casos, os documentários radicais abstêm-se de dar voz a fontes formais, tais como políticos, ou outras autoridades. A maioria das fontes formais iria de qualquer forma negar falar com estas iniciativas, mas o ponto principal para os cineastas é que as fontes formais são parte do mesmo sistema que eles estão tentando expor e derrubar. Neste sentido, funcionários apenas são citados para serem expostos. Em contraste, os documentários radicais ganharam acesso a pessoas e fontes, tais como redes de solidariedade, pessoas desabrigadas, ativistas, etc. que nunca aparecem na mídia nacional. Embora não sejam todos equivalentes em termos de estética, um fio comum é a preocupação de permitir o surgimento das vozes daqueles que podem explicar a situação atual, as vozes daqueles que são sistematicamente silenciados, marginalizados e ignorados, bem como as vozes daqueles que tomaram as coisas em suas próprias mãos.

A distribuição e a recepção destes documentários tem sido fenomenal. A maioria está disponível on-line no YouTube ou no Vimeo, e têm milhares de visualizações cada um. Por exemplo, “Debtocracy” tem mais de 400 mil e “Catastroika” mais de 150 mil visualizações no YouTube, enquanto produções menores, como “Atenas: Social Meltdown” têm mais de 70 mil visualizações no Vimeo. “This is a Coup”, que contou com o apoio do conhecido jornalista e autor Paul Mason tem mais de 40 mil visualizações em quatro ou mais meses desde o seu lançamento. A distribuição desses documentários também tem sido bastante radical, não só porque a maioria deles utiliza meios alternativos, tais como Youtube e Vimeo, mas também porque eles foram apoiados e distribuídos por grupos antiautoritários, espaços independentes e outras iniciativas de base.

De acordo com Chatzistefanou, “as redes de dis-

tribuição, assim como os canais de televisão, são controladas por empresários que gostamos de investigar [...]. Não é por acaso que os nossos documentários foram ao ar pelo canal de televisão “Alter” somente quando ele estava sob o controle dos trabalhadores”. A distribuição gratuita destes documentários é um elemento importante, pois desta forma eles se recusam a participar da mercantilização da informação. Enquanto eles pedem doações e reconhecimento, ou crédito para os produtores, eles não são comprados e vendidos para o lucro e que muitas vezes o documentário pode ser livremente incorporado em outros sites em uma Licença *Creative Commons*. Outro aspecto importante da sua recepção diz respeito ao público internacional que criaram. Numa altura em que a Grécia estava no foco da mídia global, estes documentários permitiram a emergência de uma perspectiva diferente, ao mesmo tempo que criavam importantes canais de comunicação para as experiências de crise neoliberal em outros contextos. Então, todos esses documentários têm legendas em inglês, enquanto alguns também aparecem em outros idiomas, como o espanhol.

Esta breve análise mostra que estes documentários, entendidos como afirmações baseadas em representações verídicas, envolvem uma economia política da produção e da distribuição que opera além das noções de lucro e retorno sobre o investimento. Confiando firmemente na colaboração para o seu financiamento e produção, estes documentários são disponibilizados gratuitamente para todos. As representações verídicas que envolvem são aspectos explicitamente tematizantes da crise, seus precedentes e determinantes, seu impacto na sociedade e, fundamentalmente, o futuro pós-crise. Tanto na sua dimensão colaborativa quanto em sua tematização, o gênero pode ser visto como pertencente à economia solidária, o que constitui um novo modo de organização econômica que gira em torno de noções de colaboração e opera para o benefício social e não para o lucro.

4. O PAPEL POLÍTICO DOS DOCUMENTÁRIOS RADICAIS

Esta seção examina as funções políticas que esses documentários são chamados a servir, e que, em

última análise, é o que os torna radicais. Três funções principais podem ser vistas a partir da análise acima: em primeiro lugar, que estes documentários são firmemente orientados para a própria sociedade, em segundo lugar, que permitem uma multiplicidade de vozes, normalmente silenciadas pela grande mídia, e em terceiro lugar, que eles reúnem e ligam uma sociedade sob ataque. Pode-se argumentar que o papel político mais importante é o de atuar como fator de vinculação com o social.

É aqui que podemos localizar o potencial radical dessas formas midiáticas: em sua capacidade e intenção política, muitas vezes declarada, de um retorno à sociedade, uma redescoberta do comum, e uma contribuição para um novo tipo de reprodução social. Em tudo isso, apontam para novas possibilidades em relação ao papel da mídia no contexto pós-democrático neoliberal, ultrapassando o papel de mediador e legitimador do governo para ser parte inextricável do próprio corpo social. Como tal, este campo pode ser visto como parte de esforços mais amplos no sentido de “comunicação”, ou como defende Max Haiven (2014), o processo de construção de espaços onde as pessoas possam reproduzir relações sociais e vivências baseadas em valores comuns.

Para começar, um dos efeitos mais destrutivos do neoliberalismo, como discutido nas seções anteriores, foi a dissolução do social e o giro para a privatização de tudo o que é público e a individualização de tudo o que é social. O que é, então, deixado para o público e para a sociedade? Os documentários radicais, como parte do campo de mídia radical na Grécia, estão recuperando o público da esfera privada e do mercado. Eles fazem isso publicamente e de forma colaborativa tematizando os principais aspectos da crise, o neoliberalismo e o Estado pós-democrático, expondo as formas sistemáticas com que a crise tem progredido e, portanto, absolvendo e afastando as pessoas da culpa coletiva que tem sido imposta a elas, dando voz e legitimando queixas e frustrações de pessoas, lidando com os traumas afetivos da implosão social, o que mostra a brutalidade usada pelo Estado neoliberal, sua polícia e os principais meios de comunicação e destacando formas mais produtivas e socialmente justas de produzir e organizar. A organização expli-

citamente social e a tematização e orientação desses documentários mostram que esse campo radical atua como uma espécie de cola social, trazendo e mantendo a sociedade unida.

Como argumentado por Rakopoulos, um fator-chave para o sucesso do movimento solidário e cooperativo é o da confiança, que em seu trabalho foi encontrado nos laços afetivos e familiares entre os participantes. No entanto, isso pode impedir que tais iniciativas cresçam, mantendo-as pequenas e localizadas. Os documentários radicais podem, então, ser vistos como criando novos laços sociais, permitindo que pessoas reconheçam as semelhanças, bem como o sofrimento e sobrevivência (Honnet, 1996) uns dos outros. Esse reconhecimento constitui a base para a restauração dos laços sociais e constitui um antídoto importante para as estratégias da grande mídia de culpar, dividir e regar, que procuraram culpar diversos grupos sociais, os deficientes, os funcionários públicos, os migrantes estrangeiros e assim por diante, virando a sociedade contra si mesma. Enquanto a grande mídia, portanto, faz parte das formas onde a reprodução social neoliberal ocorre, por meio de transmissão de valores e dogmas neoliberais, os documentários radicais permitem que um novo tipo de reprodução social, que transmite valores sociais de união, confiança e justiça social, não só em seus temas, mas também nas formas colaborativas em que eles são produzidos e na sua distribuição livre.

Os elementos colaborativos desses documentários, bem como a multiplicidade de vozes que os acolhem, não estão apenas em contraste com a grande mídia comercial, mas também cumprem uma exigência ética fundamental para os meios de comunicação, como afirma Nick Couldry (2010): o da voz. A voz, por Couldry, refere-se à expressão, ao contar e recontar histórias de pessoas afetadas pelo neoliberalismo, de maneira que desafiam lógicas neoliberais. Em termos de tematização da crise e do neoliberalismo, isso é precisamente o que esses documentários fazem. Eles oferecem narrativas das bases históricas, políticas e econômicas da crise, as histórias chocantes de alguns dos mais vulneráveis, e as histórias encorajadoras

daqueles que procuram fazer as coisas de forma diferente.

Levando em conta que os documentários são declarações verídicas, os produtores não são mediadores no sentido de posicionar-se entre a parte superior ou as elites sociais e o público, nem eles assumem a “voz de Deus”, por assim dizer, mas são eles próprios parte da sociedade que eles relatam, experimentam os mesmos problemas e são afetados por eles, embora a partir de suas próprias posições sociais. Sua lente e seu foco estão firmemente sobre a sociedade e não mediam tanto quanto participam, oferecem a sua voz e amplificam as vozes de uma sociedade que sofre e que procura se auto-organizar. Desta forma, os documentários radicais e, de um modo mais geral, as mídias radicais podem permitir que iniciativas menores cresçam por meio da reconstrução dos laços sociais rompidos pela crise neoliberal, e em um tipo diferente de mediação dentro e entre a sociedade.

Os documentários radicais não terminam quando as pessoas deixam os cinemas. Em vez disso, sua verdadeira história e seu real impacto começam exatamente no momento após o seu final, quando as sementes da desobediência criativa começam a criar raízes. Em muitos casos, os documentários são exibidos em espaços públicos, e os colaboradores assistem ao filme junto com o público e, posteriormente, se envolvem em discussões profundas e significativas. Nessas ocasiões, o público e os colaboradores formam um vínculo criativo que alarga a sua compreensão da sociedade e leva a uma nova visão radical.

Um folheto produzido pelo documentário “Atenas from Beneath” é extremamente esclarecedor sobre o propósito do documentário, que vai muito além de relacionar as histórias tristes da nova subclasse que surgiu em Atenas: “O objetivo do nosso esforço é contribuir para a construção de uma grande e diversificada comunidade humana que se preocupa profundamente com as questões do humanismo e da solidariedade social, que se juntará a nós e será o início de um amplo movimento humanitário”. A solidariedade esteve mais do que presente na estreia do documentário, já que um dos participantes do filme, o fundador da “Social Kitchen – the Other Person”,

tinha organizado uma pequena festa fora do cinema distribuindo refeições gratuitas ao público e para as pessoas que estavam passando por lá.

Em sua discussão clássica sobre mídia radical, John Downing a localiza entre os movimentos sociais e a esfera pública mais ampla e identifica duas funções-chave e políticas: a mídia radical pode ter uma função política leninista, em que a mudança social e política é exercida por meio de um modo *agit-prop* de agitação e propaganda. Em segundo lugar, a mídia radical pode ser baseada em um modo de auto-gestão, onde sua principal função política é prefigurativa ou, em outras palavras, praticar e viver de uma maneira socialista no presente, como a “realização contínua de liberdade” no aqui e agora (Wieck, 1979 apud Downing et al, 2001, p. 71). Em um artigo recente, Robe, Wolfson e Funke (2016) discutem as práticas do Projeto de Mobilização de Mídia com sede na Filadélfia, que permite que pessoas da classe trabalhadora experimentem diferentes modos de produção, distribuição e exibição de projetos de vídeo documental, que, por sua vez, contribuem para a formação de novas subjetividades de classe. Somando-se a essas discussões, as pesquisas sobre mídia tática mostram o valor político de intervenções midiáticas destinadas na abertura de espaços de contenção e críticas de ideologias e dogmas dominantes (Kluitenberg, 2011).

Os documentários radicais gregos seguem esta genealogia, mas também ultrapassam suas principais premissas, porque não se dirigem ao governo ou à esfera política, mas ao próprio corpo social. Ao invés de fazer propaganda, eles oferecem voz, e em vez de radicalizar as subjetividades dos produtores de mídia, eles se concentram mais em reafirmar os laços sociais que foram agredidos durante a crise, buscando reabilitar os traumas e discutir e participar de novas formas de bem-estar social e de organização.

Finalmente, embora os documentários sejam esforços midiáticos, e tenham funções táticas importantes, tomadas como um campo e não como instâncias isoladas, eles procuram adquirir uma posição mais duradoura e estável. Ao fazê-lo, juntamente com outras mídias radicais, estão destinados a substituir os principais meios de comunicação, que são, de qualquer forma, cada vez mais irrelevantes para

as experiências do cidadão comum. É desta forma que podemos ver estes documentários contribuindo para uma nova teorização sobre o papel da mídia em um contexto pós-democrático. Isso pode ser visto mais como atendendo as necessidades imediatas e urgentes da sociedade e, por meio disso, como um meio para manter o corpo social em conjunto, reafirmando os laços sociais que mantêm as sociedades unidas e resistindo à individualização, à solidariedade negativa e à intensa concorrência imposta pelos dogmas e políticas neoliberais. Como tal, esse campo radical está participando de processos de “comunização”, ou de reivindicação de um espaço comum para um novo tipo de reprodução social.

5. CONCLUSÕES

É difícil encontrar histórias positivas saindo da Grécia nessa conjuntura histórica. A crise econômica continua inabalável, a esperança prometida pelo governo do Syriza se transformou em desespero, os termos de resgate tornaram-se ainda mais rigorosos no sentido de exigir a privatização de tudo e o desemprego continua a aumentar. Tudo isso tem cobrado um preço terrível da sociedade, enquanto que, além disso, a crise de refugiados tem exacerbado ainda mais as pressões colocadas sobre o corpo social. Este é o contexto em que os documentários são produzidos na Grécia, e este é o corpo social que eles procuram restaurar. Tais documentários não devem ser vistos como trabalhando de forma isolada com o objetivo de agitar no sentido da mudança social ou para radicalizar identidades, nem devem ser entendidos como parte de movimentos sociais específicos e organizados. Em vez disso, eles fazem parte de desenvolvimentos mais amplos na Grécia, decorrentes mais de uma perspectiva pragmática e menos de uma perspectiva ideológica, e procurando lidar e administrar as preocupações do cotidiano. Semelhante às redes de solidariedade descritas por Rakopoulos, que surgiram para lidar com as necessidades dos cidadãos em relação à alimentação, saúde e outros bens e serviços, os documentários radicais surgiram no vazio criado pelo fracasso da grande mídia no sentido de atender às necessidades dos cidadãos para a compreensão da crise e o seu impacto e para restaurar os

laços sociais.

Os documentários radicais são financiados e produzidos de forma colaborativa, e operam além dos mecanismos de busca de lucros e de mercado. Na tematização da crise, os documentários radicais permitem a emergência de uma compreensão social coletiva, reconsiderações as razões e os precedentes da crise, para uma análise do impacto sobre as diferentes partes da sociedade, focando nos mais vulneráveis, e por uma exploração de novas formas de organização social. Como um gênero, os documentários permitem uma compreensão posicionada da realidade social, e explorações profundas e focadas dos temas, muitas vezes contando com contribuições de acadêmicos e cidadãos comuns, indo além dos relatos jornalísticos mais curtos e efêmeros.

Em um contexto em que a mídia tradicional se tornou irrelevante, encarando baixas históricas em confiança e credibilidade, os documentários radicais surgiram fora da mercantilização da informação. Nesse sentido, não se trata apenas de encontrar as vozes dentro do *mainstream*, mas de participar da criação de um campo midiático totalmente novo, que opera com um conjunto de valores muito diferente, e operam principalmente para o benefício social e não para o lucro. Em resumo, os documentários radicais, ao lado de outras mídias radicais, procuram recuperar a mídia por meio do envolvimento dos trabalhadores profissionais da mídia, jornalistas, cineastas, acadêmicos e atores, por meio da recuperação do *know-how* da mídia; radicalizando o financiamento, a produção e a distribuição, recusando-se a participar dos processos de mercantilização; e por meio da recriação de coisas comuns pela tematização do comum, do público, e da responsabilidade para com os outros.

As apostas sobre o que está acontecendo na Grécia são muito elevadas, não só para a Grécia, mas para um mundo que é severamente danificado por injustiças em curso, hiperexploração, hiperacumulação e catástrofes ecológicas. Os últimos anos viram derrotas monumentais sofridas uma após a outra, apesar de exibirem, igualmente, amostras monumentais de oposição e resistência, tais como as do movimento *Occupy*. Atualmente, há uma aparente segunda

rodada de protestos, associada aos protestos *#nuit-debout* na França contra as reformas trabalhistas. No entanto, em um contexto pós-democrático, onde os governos nacionais parecem ser os reforçadores de políticas neoliberais, em vez de serem tomadores de decisões, tais protestos podem acontecer, mas com um impacto limitado. Parece que a mudança é mais provável de ocorrer na prática por aqueles que criam e participam de formas alternativas de organização social que priorizam o benefício social e público sobre o lucro individual. É aqui que podemos situar a contribuição de documentários radicais e do campo da mídia radical de forma mais ampla: na constituição em si mesma como uma alternativa – a função prefigurativa, tal qual pontuou Downing (2000) – mas, além disso, também recriando laços sociais, narrando o comum, e restaurando o corpo social.

REFERÊNCIAS

152 BAKALAKI, Alexandra. “They Are Spraying on Us, ‘They Are Killing Us’, ‘They Will Drive Us Crazy’: Responses in the Crises of the Time.” [In Greek.] *Synchrona Themata* 124: 33–41, 2014.

BOLLIER, D. *The blockchain: A promising new infrastructure for online commons*. *David Bollier Blog*, 4., available at: <http://bollier.org/blog/blockchain-promising-new-infrastructure-online-commons>, 2015.

CASTELLS, M.. *Internet galaxy: Reflections on the Internet, business, and society*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CHATZISTEFANOU A.. Personal Interview, 2015

COULDRY, N.. *Why voice matters: Culture and politics after neoliberalism*. London and NY: Sage, 2010.

COULDRY, N., MADIANOU, M., & PINCHEVSKI, A.. *Ethics of media*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.

CROUCH, C.. *Post-Democracy*. Cambridge: Polity, 2004.

CROUCH, C.. *The strange non-death of neo-liberalism*. Cambridge: Polity, 2011.

DALAKOGLU, D.. The Movement and the “Movement” of Syntagma Square. *Hot Spots, Cultural Anthropology website*, February 14, available at: <http://www.culanth.org/fieldsights/70-the-movement-and-the-movement-of-syntagma-square>, 2013.

DOWNING, J.D.. *Radical Media: Rebellious Communication and Social Movements: Rebellious Communication and Social Movements*. Sage Publications, 2000.

HAIVEN, M.. *Crises of imagination, crises of power*. London: Zed Books, 2014.

HALLIN, D.C. and Papathanassopoulos, S.. Political clientelism and the media: southern Europe and Latin America in comparative perspective. *Media, culture & society*, 24(2), pp.175-195, 2002.

HARDY, F. Introduction, Grierson on Documentary, Faber and Faber, 1966.

HARVEY, D.. *A brief history of neoliberalism*. OUP Oxford, 2005.

HERMAN, E.S; CHOMSKY, N.. *Manufacturing consent: The political economy of the mass media*. Random House, 2010 [1988].

KLUITENBERG, E.. *Legacies of tactical media: the tactics of occupation: from Tompkins square to Tahrir*. Institute of Network Cultures, 2011.

KOVACH, B. and ROSENSTIEL, T.. *The elements of journalism: What newspeople should know and the public should expect*. Three Rivers Press (CA), 2007.

LAVILLE, J.L.. Solidarity economy. In *International Encyclopedia of Civil Society* (pp. 1464-1470). Springer US, 2010.

LAZZARATO, M.. *Governing by Debt*. Semiotext (e)/MIT Press, 2015.

LEANDROS, N., PAPADOPOULOU D., and PSYLLA, M.. The ‘crisis’ in the press: A thematic and linguistic analysis, in *Epitheorisi Koinonikon Erevnon*, 134 (in Greek) available at: <http://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/ekke/article/viewFile/6728/6458.pdf>, 2011.

LONG, N. J./ MOORE, H. L., eds. *Sociality: New Directions*. New York: Berghahn Books, 2014.

MASON, P.. *Why it’s still kicking off everywhere: The New Global Revolutions*. Verso Books, 2013.

MAVROUDI, Z.. Personal Interview, 2015.

NICHOLS, B.. *Introduction to documentary*. Indiana University Press, 2010.

OVENDEN, K.. *Syriza: Inside the Labyrinth*, London: Pluto Press, 2015.

PAPASTATHIS, K.. Religious Discourse and Radical Right Politics in Contemporary Greece, 2010–2014. *Politics, Religion & Ideology*, 16(2-3), pp.218-247, 2015.

PAPATHANASSOPOULOS, S.. Media commercialization and journalism in Greece. *European Journal of Communication*, 16(4), 505-521, 2001.

PAPATHEODOROU, F., & MACHIN, D.. The Umbilical Cord That Was Never Cut The Post-Dictatorial Intimacy between the Political Elite and the Mass Media in Greece and Spain. *European Journal of Communication*, 18(1), 31-54, 2003.

PIKETTY, T.. *Capital in the twenty-first century*. Harvard University Press, 2014.

PLANTINGA, C.. What a documentary is, after all. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, 63(2), pp.105-117, 2005.

PLEIOS. Journalistic Ethics and Greek Media, findings from a study presented in the workshop Journalistic Ethics and Greek Media, October 10, Athens, available at: http://www.media.uoa.gr/news_and_notices/news1/display_news/hmerida-h-dhmosiografiki-deontologia-kai-ta-ellhnika-mme-22-10-2015.html, 2015.

POULAKIDAKOS. Propaganda as a fundamental ingredient of public discourse: The presentation of the “MoU”- bailout agreement by the Greek Media, PhD thesis, National and Kapodistrian University of Athens, available at: <http://phdtheses.ekt.gr/eadd/handle/10442/30053>, 2013.

POULAKIDAKOS, S., & ARMENAKIS, A.. Propaganda in Greek public discourse. Propaganda scales in the presentation of the Greek MoU-bailout agreement of 2010. *Revista de Stinte Politice/Revue des Sciences Politiques*, 2014.

RAKOPOULOS, T.. Responding to the crisis: food co-operatives and the solidarity economy in Greece. *Anthropology Southern Africa*, 36(3-4), pp.102-107, 2013.

RAKOPOULOS, T.. The crisis seen from below, within, and against: from solidarity economy to food distribution cooperatives in Greece. *Dialectical anthropology*, 38(2), pp.189-207, 2014.

RAKOPOULOS, T.. Solidarity’s Tensions: Informality, Sociality, and the Greek Crisis. *Social Analysis*, 59(3), pp.85-104, 2015.

RÜDIG, W. and KARYOTIS, G.. Who protests in Greece? Mass opposition to austerity. *British Journal of Political Science*, 44(03), pp.487-513, 2014.

SHEEHAN, H., forthcoming, *The Syriza Wave*, NY: 153 Monthly Review Press.

SIAPER, E.; PAPADOPOULOU, L.. Entrepreneurialism or Cooperativism? An exploration of cooperative journalistic enterprises. *Journalism Practice*, 10(2), pp.178-195, 2016.

SIAPER, E.. Building a safety net for European journalists. *Project report to DG Connect*, 27, available at: <http://www.balcanicaucaso.org/eng/Media-Freedom-Net/Building-a-Safety-Net-for-European-Journalists2>, 2015a.

SIAPER, E.. Can radical journalism provide a new paradigm for journalism and society?, Keynote speech, November 12-14, IX Congresso SOPCOM, “Comunicação e Transformações Sociais”, Escola Superior de Educação e Universidade de Coimbra, 2015b.

SIAPER, E., PAPADOPOULOU, L. and ARCHONTAKIS, F.. Post-Crisis Journalism: Critique and renewal in Greek journalism. *Journalism Studies*, 16(3), pp.449-465, 2015.

SIEBERT, F.S. and SCHRAMM, W.. *Four theories of the press: The authoritarian, libertarian, social responsibility, and Soviet communist concepts of what the press should be and do*. University of Illinois Press, 1956.

SILVERSTONE, R.. *Mediapolis*, Cambridge: Polity Press, 2006.

SIMITI, M.. Rage and Protest: The case of the Greek Indignant movement. GreeSE papers, 82. The London School of Economics and Political Science, London, UK, available at: <http://eprints.lse.ac.uk/56229/>, 2014.

SMYRNAIOS, N.. Economic Power and the Media in the time of recession: a mapping exercise. *Ephemeron*. Available at: <http://ephemeron.eu/943>, 2013a.

SMYRNAIOS, N.. Manufacturing consent and legitimizing austerity: The Greek Media Before And After the Crisis, presentation at the European Sociological Association Conference, Torino, August, available at: <http://www.slideshare.net/smyrnaios/torino-2013-25746909>, 2013b.

The Invisible Committee. *To Our Friends*. Semiotext(e)/MIT Press, 2015.

VENETI, A. and KARADIMITRIOU, A.. Policy and regulation in the media landscape: the Greek Paradigm concentration of media ownership versus the right to information. *Management Dynamics in the Knowledge Economy*, 1(3), pp.439-458, 2014.

WELLMAN, B.. "Physical place and cyberplace: The rise of personalized networking," *International Journal of Urban and Regional Research*, volume 25, number 2, pp. 227-252, 2001.

ROBÉ, C., WOLFSON, T. and FUNKE, P.N.. Rewiring the Apparatus: Screen Theory, Media Activism, and Working-Class Subjectivities. *Rethinking Marxism*, 28(1), pp.57-72, 2016.

Recebido em 19 de abril de 2016.
Aprovado em 18 de junho de 2016.